

Desigualdade racial no Brasil: desafios contemporâneos para o trabalho do professor de Educação Física

RESUMO

O presente estudo configura-se como um artigo de revisão, cujo objetivo foi identificar o conhecimento dos professores de Educação Física sobre a Lei 10.639/2003 e como tratam situações de desigualdade racial a partir de sua prática pedagógica. Para tal, realizou-se uma busca no Portal de Periódicos da Capes, a partir dos descritores: desigualdade racial, discriminação racial, Educação Física, escola. Definiu-se como marco temporal os anos entre 2014 e 2019, para as publicações. A busca retornou com 64 artigos, dos quais foi feita a leitura dos títulos e resumos, destes foram selecionados quatro artigos. Como critérios de inclusão: estudos na área de Educação Física, sobre a temática desigualdade racial e discriminação racial, e estudos na educação básica. Como critérios de exclusão: estudos com professores de outros componentes curriculares; estudos que abordassem outras temáticas como gênero associadas; estudos em ambiente não-escolar. Concluiu-se que há fragilidades na formação inicial e continuada de professores de Educação Física, para que a temática seja abordada na Educação Física em situações de discriminação, mas também para que a Educação para as Relações Étnico-raciais seja adotada e incluída nos currículos escolares, além do desconhecimento dos professores sobre a Lei 10.639/03.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade racial;
Discriminação racial; Educação física; Escola

João Carlos Vieira Junior

Licenciado em Educação Física
Universidade do Estado de Santa Catarina,
Educação Física, Florianópolis, Brasil
joaojr@live.com
<https://orcid.org/0009-0004-1245-5886>

Elisângela Venâncio Ananias

Doutora em Ciências da Motricidade Humana
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Educação Física, Porto Alegre, Brasil
elisangelanacias@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0003-3842-9876>

Racial inequality in Brazil: contemporary challenges for the work of Physical Education teacher

ABSTRACT

The present study is configured as a literature review, whose objective was to identify the knowledge of Physical Education teachers about Law 10.639/2003 and how they deal with situations of racial inequality, considering their pedagogical practice. To this aim, a search was carried out on Portal Capes based on the descriptors: racial inequality, racial discrimination, Physical Education, school. The years between 2014 and 2019 were defined as the time frame for publications. The search returned with 64 articles, from which the titles and abstracts were read, of which four articles were selected. As inclusion criteria: studies in the area of Physical Education, on the theme racial inequality and racial discrimination, and studies in basic education. As exclusion criteria: studies with teachers from other curricular components; studies that addressed other themes such as associated gender; studies in a non-school environment. It was concluded that there are weaknesses in the initial and continuing training of Physical Education teachers, so that the issue is addressed in Physical Education in situations of discrimination, but also so that Education for Ethnic-Racial Relations is adopted and included in school curricula, in addition to the teachers' lack of knowledge about Law 10.639/03.

KEYWORDS: Racial inequality; Racial discrimination; Physical education; School

Desigualdad racial en Brasil: desafíos contemporâneos para el trabajo del professor de Educacion Fisica

RESUMEN

El presente estudio se configura como un artículo de revisión, cuyo objetivo fue identificar el conocimiento de los profesores de Educación Física sobre la Ley 10.639/2003 y cómo ellos afrontan situaciones de desigualdad racial desde su práctica pedagógica. Para ello, se realizó una búsqueda en el Portal de Periódicos da Capes, a partir de los descriptores: desigualdad racial, discriminación racial, Educación Física, escuela. Se definió como marco temporal para las publicaciones los años comprendidos entre 2014 y 2019. La búsqueda arrojó 64 artículos, de los cuales se leyeron los títulos y resúmenes, de los cuales se seleccionaron cuatro artículos. Como criterios de inclusión: estudios en el área de Educación Física, sobre el tema desigualdad racial y discriminación racial, y estudios en educación básica. Como criterios de exclusión: estudios con docentes de otros componentes curriculares; estudios que abordaron otros temas como el género asociado; estudios en un ambiente no escolar. Se concluyó que existen debilidades en la formación inicial y continua de los profesores de Educación Física, para que el tema sea abordado en Educación Física en situaciones de discriminación, pero también para que la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales sea adoptada e incluida en los currículos escolares, además del desconocimiento de los docentes sobre la Ley 10.639/03.

PALABRAS-CLAVE: Desigualdad racial; Discriminación racial; Educación física; Escuela

INTRODUÇÃO

No período entre o advento da Constituição Federal 1988 e a primeira década do século XX, a temática racial ganhou evidência na sociedade brasileira e no meio acadêmico, protagonizando intensos debates, principalmente estreitando as relações entre o movimento negro, a produção acadêmica e a adoção de políticas de ações afirmativas.

As políticas de educação para a população negra, tem sido pauta constante na contemporaneidade, muito embora as ações de resistência e luta já venham de longa data, pela ação de seus atores - professores, militantes, estudantes e mães. Segundo Lima e Ramos (2017, p. 1), os projetos de alfabetização, orientação para a qualificação técnica, aquisição de conhecimento, cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes, foram protagonizados pelos Frentegrinos, por militantes do Teatro Experimental do Negro, no chamado Movimento Negro Contemporâneo, na emblemática luta por cotas raciais não só na educação básica como no ensino superior.

Segundo Lima (2010), muito embora o debate sobre as políticas de ações afirmativas tenha se concentrado fortemente no sistema de cotas para as universidades públicas, a atuação do governo envolve ações em outras áreas com características diferenciadas. Importante lembrar que, quando o quadro de desigualdades regionais atua como fator que restringe e impede o acesso de negros ao sistema educacional, os episódios de discriminação racial se prolongam e aprofundam tal desigualdade nos vários âmbitos da sociedade.

Nesta direção, pontuamos que a promoção da educação é uma bandeira constante nos movimentos políticos negros, ao longo de todo o século XX, com propostas nem sempre lineares. Mas, em grande parte dos movimentos, com acentuado teor crítico, principalmente sobre a discussão de como educar, por que educar, para que educar, problematizando o alinhamento de uma educação almejada nos parâmetros estabelecidos por uma elite não negra.

Em tempos recentes, no contexto educacional brasileiro, houve melhoras em alguns indicadores de acesso à educação básica, mas ainda persistem problemas de permanência e conclusão da escolarização básica para a população mais pobre, na qual encontra-se grande parte da população negra de nosso país. Assim, há, em algumas regiões do Brasil, declínio e evasão escolar, principalmente da etapa do ensino médio, devido à necessidade de os jovens que precisam contribuir com a renda familiar, ingressarem no campo de trabalho. O impacto nos estudos dos jovens que trabalham e estudam é evidente, apresentando baixo desempenho e rendimento escolar.

Mesmo diante do contexto de desigualdades social e racial na educação brasileira, com o papel e a centralidade das organizações negras na promoção da educação e diminuição das desigualdades raciais, estas entidades alcançaram junto ao poder público avanços importantes. A luta

pela identidade negra, reconhecimento, representatividade na história e constituição da sociedade brasileira, ao menos no campo educacional, tem resultados significativos, como atesta a criação e aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os currículos escolares.

É importante destacar que essas lutas não são recentes e conquistaram muitos dispositivos legais, com foco na educação, que buscaram promover a igualdade de direitos e assegurar os direitos específicos à população negra/preta. No entanto, existem lacunas entre os dispositivos legais e a realização dos mesmos nas ações concretas do Estado para efetivar a equidade racial (NOBREGA, 2020, p. 52).

Segundo Silvério (2009), após anos de gestão da política educacional na direção de homogeneizar as diferenças, a lei 10.639/03 representa o marco legal, da crítica e luta do movimento social negro que, na sequência, em 2004, tem publicada e homologada pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais. Com isso, avançamos mais um passo no reconhecimento e valorização da cultura e História Africana e afro-brasileira.

Como caminho possível, para identificarmos a não presença da população negra nos setores de decisão e gestão política e econômica de nosso país, pontua-se que as lutas pela promoção da educação da população negra representam uma das vias possíveis de acesso a campos de disputa não pensados para pessoas negras. Pontuadas algumas conquistas, nesta organização e sistematização das lutas por uma educação antirracista, o movimento vai na direção de identificar qual o andamento das políticas de ações afirmativas no contexto das escolas de educação básica.

Como já mencionado anteriormente, o quadro de desigualdades sociais e raciais no Brasil ainda persiste. Para Gomes (2011), tal situação decorre do extenso período de exclusão que pessoas negras sofreram, com a não presença em campos fundamentais da sociedade brasileira, como é o caso da Educação. Na atualidade, os debates sobre inclusão, diversidade e equidade tem sido mais constante, mas tal fato não apaga a história de discriminação, segregação e exclusão pela qual a população negra passou e ainda passa no contexto nacional.

Um dos elementos determinantes deste caráter de exclusão articula-se com a condição de subalternidade atribuída à população negra, desde o período escravocrata, durante o qual estávamos destituídos de qualquer caráter de humanidade. Além deste elemento, as primeiras propostas curriculares, ainda no século XIX, optaram pelos métodos herdados dos colonizadores, com propostas pautadas no higienismo e na eugenia, base sobre a qual se estrutura a educação nacional. Com isso, classifica-se a população em raças superiores e inferiores, culturas superiores e inferiores, conferindo

legitimidade à hierarquização entre europeus e os outros, racializando-se assim, as diferenças (Nobrega, 2020).

No que diz respeito à relação entre desigualdade socioeconômica e à ocupação geográfica das cidades, também decorrente do período escravocrata, aos negros libertos não era concedido o direito de ocupar postos de trabalho nos centros industriais que se formavam, principalmente no início do século XX, realidade que perdurou até 1930. Tal acesso era privilégio dos imigrantes europeus, responsáveis por uma estética de desenvolvimento não atribuída aos negros. Portanto, não houve uma transferência do trabalho realizado pelos povos escravizados para o trabalho assalariado livre nas indústrias e, em decorrência, não houve a ocupação das áreas urbano-industriais pela população negra, muitos mantinham-se nas grandes propriedades rurais, vendendo sua força de trabalho, trocando seu ganho por um local para dormir, e mesmo nos centros urbanos viviam à margem, nas periferias.

Assim, constituíram-se as relações políticas, sociais, culturais e humanas numa sociedade que segrega, classifica, racializa, invisibiliza e destitui os negros de sua humanidade e dignidade. Aportamos assim no contexto atual, de implantação da Lei 10.639/03, tendo como pano de fundo histórico este cenário. No bojo desta discussão, a implantação e articulação da Lei, com as práticas cotidianas no campo educacional, representam tema de alta complexidade, inclusive com um movimento contrário acirrado nos últimos anos, por parte dos não negros, que não querem perder seus privilégios.

Para o contexto da Educação Física, que tem relação estreita com os métodos higienistas, pois historicamente consolida suas práticas a partir desta perspectiva eurocentrada, os desafios parecem ainda maiores, principalmente pela presença negra na constituição do que hoje chamamos de população brasileira. O projeto de embranquecimento da população brasileira, com o incentivo da imigração europeia, para a ocupação de postos de trabalho no setor industrial e de bens e serviços, que se desenvolvia gradualmente no Brasil, operava de forma articulada com o expurgo da população negra para as periferias, a qual tinha sequestradas quaisquer possibilidades de valorização e reconhecimento de sua aparência, história, singularidade, identidade e cultura.

Assim, investigar a temática da desigualdade racial no contexto das aulas de Educação Física, para nós, os autores deste estudo – uma professora universitária negra e um professor de Educação Física negro atuante na educação básica - configurou-se como uma mola propulsora para questionarmos nossas práticas, tanto na universidade como na educação básica, no intuito de a partir de nossos lugares sermos presença negra em nossos locais de atuação. Além disso, faz-se importante, também, verificar como nossos colegas encaram este desafio de enfrentar o quadro de desigualdades, considerando o amparo legal. Embora situações de discriminação racial ocorram em diversos ambientes, a escola representa o lugar em que estas diferenças precisam ser tratadas de forma a

eliminar tal processo de reprodução de desigualdades. Segundo Oliveira (2007), ainda ocorrem situações de discriminação dos alunos/as negros/as por parte de professores e estudantes não negros.

Especificamente sobre a Educação Física e o trabalho com as questões étnico raciais nas escolas, integrado a proposta prevista em documentos locais como o Projeto Político e Pedagógico das mesmas, cujo teor e alcance precisam estar articulados com a comunidade mais ampla, incluindo a participação de pais e responsáveis, percebe-se que os processos ainda ocorrem com certa morosidade. Nesta direção, o estudo de Nobrega (2020) compreende e expõe a relevância social de uma educação pública que discuta, pautar e implemente uma educação antirracista no âmbito das escolas. Para isso, a área da pedagogia do movimento humano, ao atuar na promoção de estreita relação e articulação entre os campos acadêmicos e formativos, alcança representatividade.

Apresentadas essas discussões preliminares, o presente estudo problematizou a implantação da Lei 10.639/03, no contexto da Educação Básica, considerando o registro de publicações na literatura do campo educacional, referente ao tratamento dado por professores de Educação Física diante de situações de discriminação racial ocorridas nas aulas. Com isso, partimos da seguinte questão problema: *Qual o conhecimento e embasamento teórico-metodológico mobilizado pelos professores de educação física diante de situações de discriminação racial na escola?*

OBJETIVOS

Identificar como os professores de Educação Física percebem e compreendem a aplicação da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, considerando o conhecimento que têm sobre os referidos documentos e como organizam sua prática pedagógica em situações de discriminação racial em suas aulas.

DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Diante do quadro persistente de desigualdades sociais e raciais, destaca-se a importância de estudos que analisem e problematizem as ações decorrentes das políticas de ações afirmativas e das práticas delas decorrentes. Os estudos sobre a representatividade de negros e negras nos setores estruturais da sociedade brasileira, como é o caso da Educação, no qual os debates sobre inclusão, diversidade, e equidade têm ocupado lugar de destaque, são fundamentais (GOMES, 2011, p. 1.). Assim, ter como foco desta pesquisa a temática da desigualdade racial no Brasil em contexto educacional, representa um grande desafio, pois, mesmo com os quase 20 anos da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações étnico-raciais, muitos professores das escolas ainda têm fragilidades em sua formação, para consolidar práticas efetivas nesta direção.

A educação brasileira tem sido apontada, pelas pesquisas oficiais e acadêmicas, assim como pelos movimentos sociais e, em especial, pelo Movimento Negro, como um espaço/tempo no qual persistem históricas desigualdades sociais e raciais (GOMES, 2011, p. 108).

Como fator agravante, estudo de Telles (2003) relata a desigualdade na estrutura socioeconômica do nosso país, que relaciona o fator raça, classe social, e condição sócio econômica. Neste cenário, os brancos concentram-se nas classes média e alta, enquanto os negros estão na classe menos privilegiada. Tal conjuntura, acentua o quadro da desigualdade racial.

[...] a desigualdade e a segregação raciais são temas que dialogam entre si, pois os diferenciais de renda e de acesso a ocupações de maior prestígio segmentam o mercado de trabalho a partir de características adquiridas ao longo do ciclo de vida – tais como escolaridade, experiência, idade; valores morais e redes de influência, vulgarmente denominada capital social; e também características atribuídas por terceiros – raça, gênero, beleza, saúde, inteligência, riqueza, origem e etnia (SILVEIRA & MUNIZ, 2014, p. 266).

Outra consequência desta condição de desigualdade é o racismo, fruto do processo de escravidão, que transforma a diversidade em desigualdade, fatores que reafirmam e consolidam a “subalternidade” do povo negro (THEODORO, 2014). Nesta perspectiva, estudo elaborado pelo IPEA, sobre políticas públicas e desigualdade racial no Brasil, apresenta a questão racial como elemento central da formação para o mercado de trabalho. Como marca de fatores históricos que influenciaram este processo, desde o período da abolição da escravidão, o trabalho escravo persistiu de outras formas, pois como núcleo do sistema produtivo da Brasil colônia impactou decisivamente nas dificuldades enfrentadas pela população negra em fins do século XIX, durante grande parte da

primeira metade do século XX, de acesso a postos de trabalho, permanecendo, assim, como mão de obra subalterna (THEODORO, 2008, p.14).

Constatamos, deste modo, que a produção da desigualdade racial impactou profundamente a inserção da população negra no mundo do trabalho livre, na ocupação das cidades e no acesso a oportunidades da vida coletiva. Mesmo com essa herança histórica perversa, houve autores, até a década de 1950, que defendiam o mito da democracia racial e classificavam o Brasil como sociedade racialmente harmônica e com desigualdades temporais, fruto do período escravocrata (SILVEIRA E MUNIZ, 2014).

Nesta direção, o processo de ocupação dos grandes centros serviu como variável indutora e reprodutora de desigualdades, no acesso a serviços públicos, às oportunidades de escolarização e emprego, ampliando e aprofundando as características de uma sociedade desigual, promotora de um racismo sistêmico, pelo qual raça e cor têm definido o tamanho da dinâmica das desigualdades produzidas no contexto social.

Com isso, no contexto educacional, no tocante às políticas públicas e sociais recentes, a universalização do ensino, no Brasil, avançou em algumas etapas da escolarização, se nos referenciarmos em períodos anteriores. O ensino fundamental é a única etapa que se encontra próximo à universalização. Mas, de fato, qual o impacto deste pequeno avanço para a diminuição da desigualdade racial no Brasil?

Universalização, remete à ideia de expansão, quebra de fronteiras, ‘todos’, humanidade. O conceito de universalização do ensino como política pública e social é um tema recorrente nos debates em torno da democratização da educação básica no nosso país. [...] o definem como [...] ato ou efeito de tornar-se comum, universal, geral. Corresponde à meta da educação para todos. (VARGAS & TEIXEIRA, 2016, p. 724).

Sobre a universalização do ensino, para brancos e negros, podemos inferir que ocorre de forma não linear. Estudo de Vargas e Teixeira (2016), analisando os dados quantitativos globais do Censo Escolar (série 2009 -2013), especificamente sobre a realidade de Angra dos Reis no Rio de Janeiro, construídos a partir de indicadores – matrícula, reprovação, idade-ano e adequação ao sistema - sinalizam desvantagens persistentes para alunos negros, ligeiramente atenuadas ao fim da série.

Os achados, em diálogo com autores como Guimarães (2003), Quijano (2005), Oliveira (2007) e Munanga (2010), problematizam a apregoada universalização do ensino fundamental, sugerindo a implementação de ações afirmativas na educação básica, compreendendo que a efetivação da igualdade se ancora na infância (VARGAS E TEIXEIRA, 2016, p. 723).

Em uma pesquisa de campo realizada por Pinho et al. (2007), na qual foram observadas aulas de Educação Física, constatou-se que os professores viam os alunos negros como problemáticos, eles eram excluídos pelos colegas em atividades realizadas em duplas e os professores não intervinham nestas atitudes.

Segundo Ortiz (2005), diante de situações de racismo, muitos professores se omitem e amenizam os efeitos desta problemática, rejeitam qualquer possibilidade de conflitos ou debates e, por vezes, não se reconhecem como aptos a lidar com tais manifestações. Portanto, acabam por se omitir em propor discussões sobre esse tema e buscar alternativas para que ele seja superado.

Voltando um pouco no tempo, o modelo escravocrata instituído no Brasil por quase 400 anos adentrou o século XX, mesmo diante da Lei da Abolição de 1888, por meio de relações e condições de trabalho não muito diferentes das que vigoraram no período colonial. Portanto, a suposta substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre deu-se de forma excludente para a população negra.

Mecanismos legais, como a Lei de Terras de 1850, a lei da Abolição 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão de obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência. Nesse contexto a consolidação da visão, de cunho racista, de que o progresso do país só se daria com o ‘branqueamento’, suscitou a adoção de medidas e ações governamentais que findaram por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem até dias atuais (TEHODORO, 2008, p. 14).

A inserção tardia da mão de obra negra no setor industrial, e em outros setores produtivos, acarretou na permanência da população negra em trabalhos similares ao que desempenhava no período colonial, pautados na lógica da exploração. Em muitas situações, mantinha-se o sistema de troca de trabalho por um lugar para morar e plantar. Nos centros urbanos eram expurgadas as periferias, produzindo-se uma marginalização sociodemográfica, laboral e humana da população negra.

Já em dias atuais, um estudo sobre educação antirracista constatou que vários professores não sabem em quais ocasiões acontecem atitudes e condutas discriminatórias e preconceituosas (BRASIL, 2005). É preciso saber que o racismo existe no dia a dia escolar, essa realidade vem sendo ignorada e a discriminação silenciosa vem ganhando força e oprimindo os alunos negros (OLIVEIRA, 2007). Segundo Munanga (2005), o professor tem o dever de ajudar os alunos negros, que sofrem preconceito, para que ele tenha orgulho e dignidade de suas diferenças.

Compreendendo melhor os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNDA, 2013), 98,4% das crianças de 6 (seis) a (14) quatorze anos estavam matriculadas nas escolas,

o que corresponde à etapa do Ensino Fundamental (IBGE, 2014), mas muito embora represente motivo de celebração é também, com muita pertinência, motivo de preocupações por parte dos pesquisadores, pois estes números mascaram de certa forma dados qualitativos numa apreciação mais profunda desta universalização (OLIVEIRA, 2014; BRASIL, 2014).

Mais raras, entretanto, são as problematizações sobre a universalização do Ensino Fundamental que levam em consideração a clivagem racial, talvez porque a universalização de um nível de ensino enseje a expectativa de paridade de todos os grupos raciais no seu interior, forjando nele a ilusão de igualdade racial. É justamente essa discussão que aqui trazemos, destacando um comparativo entre negros (soma de pretos e pardos) e brancos no Ensino Fundamental, etapa do ensino que congrega o maior quantitativo de estudantes

Os estudos acima nos mostram como o racismo está presente na nossa sociedade. Segundo Santos (2001), o racismo ocorre quando se destina a um povo determinados aspectos negativos acerca de suas características físicas ou culturais. O racismo também resulta de uma vontade de impor uma crença particular como única e verdadeira (BRASIL, 2005). Apesar de todos esses fatores, em muitos países acredita-se que no Brasil por ser um país miscigenado, não existem problemas raciais (CAVALLEIRO, 2001).

Este contraponto relatado no campo da universalização da educação, e também das expectativas externas à realidade brasileira, de que aqui o racismo não existe, por sermos um povo “assumidamente” miscigenado, corrobora também para o mascaramento da representatividade no trabalho dos professores, dentro das escolas, a respeito das questões étnico raciais. Pois, embora exista, segundo estudo de Nobrega (2020), professores brancos e não negros nas redes de ensino trabalhando com a temática racial, ainda se imputa à população negra o trato com as questões étnico raciais e o compromisso com a educação antirracista como problemática específica dos docentes negros. Contudo, o racismo não é um problema da população negra, mas sim uma criação da branquitude; sendo assim, um problema dos brancos.

O estudo de Nobrega (2019) nos conduz à reflexão de que a formação de professores com perfil político, profissional, aberto à diversidade étnica racial não diz respeito apenas à formação de professores negros, mas sim a um diálogo entre uma classe profissional, com impacto social, que diz respeito também à identidade branca e ao reconhecimento dos privilégios da branquitude, isto para avançarmos na pauta antirracista.

METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza e abordagem qualitativa, do tipo descritiva, em seus objetivos e se apropria de fontes documentais no que diz respeito aos procedimentos. Delineadas na sequência, expomos e pontuamos as características de cada etapa.

Segundo Alves Mazzoti; Gewandsnajder (1999), a pesquisa qualitativa propõe-se como alternativa às pesquisas quantitativas, que até certo ponto tinham primazia metodológica e maior valorização no meio acadêmico e científico. A partir desta possibilidade de abordagem metodológica, o interesse em descrever, compreender, explicar aspectos da realidade passaram a ter representatividade ao retratá-los de forma não quantificáveis.

As pesquisas descritivas compreendem descrever as características de seu objeto de estudo. Para tal, a delimitação de técnicas padronizadas de busca, coleta e organização dos dados se mostra fundamental. Diferenciam-se entre si, com estudos descritivo, estudo de casos (únicos e múltiplos), estudos comparativos, dentre outros. (TRIVIÑOS, 1987).

As fontes de dados documentais foram as publicações sobre a temática, Lei 10:639/03 relacionando com o conhecimento e aplicação da mesma em contexto escolar, nas aulas de Educação Física. Reiteramos estudos nos quais houve correlação entre a temática Educação para as Relações Étnico Raciais, discriminação racial e aulas de Professores de Educação Física.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Para a recolha, análise e tratamento das publicações, o trabalho foi realizado em três etapas – 1) Localização dos trabalhos no Portal de Periódicos da Capes; 2) Download dos arquivos; 3) Seleção e análise.

Num primeiro momento, definido como marco temporal os anos entre 2014 e 2019, para as publicações. Como descritores definiu-se: desigualdade racial, discriminação racial, Educação Física, escola. Os acessos ocorreram entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019 (localização).

A busca retornou com 64 artigos (download), dos quais foi feita a leitura dos títulos e resumos, destes foram selecionados quatro artigos, que constituíram o *corpus* desta pesquisa. Importante ressaltar que o pequeno número de artigos, foi devido ao fato mantermos os descritores e aplicarmos os critérios de inclusão e exclusão (seleção).

Os critérios de inclusão: estudos na área da Educação física; com a temática desigualdade racial e discriminação racial e; estudos na educação básica. Como critérios de exclusão: estudos com

professores de outros componentes curriculares; estudos que abordassem outras temáticas como gênero associadas; estudos em ambiente não-escolar.

Nesta direção, este estudo de revisão teve como intuito compreender, a partir da literatura, como as questões étnico-raciais têm sido tratadas no contexto escolar, com eventos ocorridos nas aulas de Educação Física ou que retratem o conhecimento dos professores de Educação física sobre a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais.

PESQUISAS SOBRE A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

O Quadro 1 corresponde à apresentação dos dados, alinhados a partir do Título e ano de publicação, objetivos, população, metodologia, resultados e conclusões ou considerações finais.

QUADRO 1: Apresentação dos artigos e suas peculiaridades

Título/Revista/ Ano	Objetivos	População	Metodologia	Resultados	Conclusão
1. Mojuodara: uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais na educação física.	Identificar e compreender como os professores de educação física das escolas municipais de Porto Alegre abordam as questões étnico-raciais em suas aulas e quais dispositivos político pedagógicos municipais, estaduais e federais interferem nessa abordagem.	Professor de Educação Física.	De caráter qualitativo, é constituída de um questionário diagnóstico e um estudo de caso etnográfico.	Início do Trabalho de intervenção: alunos não se autodeclaravam negros. Após as dinâmicas: muitos alunos passaram a se autodeclarar negros.	Muito mais do que simplesmente ser incluída como conteúdo no currículo, as questões étnicas podem e devem servir de metodologia para a prática pedagógica; possibilitam a vivência de novos valores, construir novas e diversas visões de mundo. De um mundo mais justo, solidário, afetivo e de paz.
2. Possibilidades Didático Metodológicas para o trato com a lei nº 10.639/2003 no ensino da educação física: a importância da educação étnico-racial.	Propiciar discussões para a compreensão de um país culturalmente plural e de uma escola historicamente influenciada por projetos e práticas etnocêntricas.	Alunos, Professores de Educação Física e Coordenadores pedagógicos	Pesquisa qualitativa, caracterizado como estudo de campo, como um estudo, com dados coletados mediante entrevistas.	O estudo das relações étnico-raciais na educação física deve conduzir a uma reflexão sobre corpo e pode desvelar até que ponto estas relações influenciaram na produção de estereótipos racistas.	Devemos problematizar a questão da cultura afro no ensino da educação física, debater as invisibilidades e silenciosidades em sala de aula e fora dela, atentando para uma revalorização desses saberes.

<p>3. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE.</p>	<p>Analisar o conhecimento e a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08.</p>	<p>55 professores de educação física da rede municipal de Fortaleza/CE</p>	<p>Caráter quantitativo e descritivo, com utilização de um questionário online.</p>	<p>69,1% desconhecer as leis; 54,5% aborda a temática, mas ela ainda fica restrita a datas comemorativas e festivas; 30,9% diz trabalhar a temática no decorrer do ano; 14,5% afirmaram não abordar as temáticas, destes, 58,8% justificaram ter pouco conhecimento sobre o assunto e 41,2% citaram a falta de formação específica; 90,9% entendem que a temática afro-brasileira e indígena faz parte dos conteúdos da Educ.Física.</p>	<p>O estudo conclui que a maioria dos professores não tem conhecimento sobre as leis 10.639/03 e 11.645, mas que mesmo diante de tal situação a maioria trabalha o conteúdo nas aulas de educação física Escolar.</p>
<p>4. Sobre o compromisso da Educação Física escolar com a inclusão social dos negros.</p>	<p>Problematizar o trato pela Educação Física escolar com a demanda histórica da população negra, considerando o conceito de inclusão social, a Lei no. 10.639/03, ressaltando o compromisso da Educação Física no processo de inclusão social dos negros em contexto escolar.</p>	<p>Artigo de Revisão – estudo secundário.</p>	<p>Revisão bibliográfica e Análise documental</p>	<p>Predominância da capoeira como conteúdo no contexto escolar e não escolar; pouca valorização de outras expressões da cultura negra para contextualização da corporeidade na Educação Física.</p>	<p>A Educação Física escolar tem o compromisso de inserir os alunos na cultura corporal africana e afro-brasileira, resgatando essas práticas que por muito tempo foram relegadas na sociedade. Para tanto, o professor deve fazê-lo de forma a promover a inclusão social dos negros e incentivar o respeito à diversidade</p>

Fonte: Construção Própria

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O artigo 1 apresenta uma proposta para se trabalhar os conteúdos étnico-raciais nas aulas de Educação Física. O estudo é parte de uma dissertação de mestrado, que se constituiu como um estudo de caso etnográfico concentrado em um professor de Educação Física da rede municipal de Porto Alegre.

O trabalho teve como objetivos identificar e compreender como os professores de Educação Física das escolas municipais de Porto Alegre abordavam as questões étnico-raciais em suas aulas e quais dispositivos político-pedagógicos municipais, estaduais e federais interferem nessa abordagem.

O professor utiliza os conteúdos étnico-raciais como estratégia metodológica na estruturação de suas aulas, trabalhando os valores civilizatórios a partir da filosofia do ubuntu, a circularidade, oralidade, ancestralidade, musicalidade e corporeidade. Para ele, esses valores civilizatórios são necessários de serem trabalhados para primeiro desconstruir a ideia de superioridade ou inferioridade de um povo em detrimento de outros, para em seguida entrar nas questões étnico-raciais como conteúdo.

A utilização dessa metodologia, pelo professor, proporcionou que alunos e alunas que não se autodeclaravam negros, no início da intervenção, gradativamente passassem a se autodeclarar negros. A prática do professor é embasada na teoria afrocêntrica, trazendo para o cotidiano escolar os princípios e valores africanos, que prioriza a que todos sintam-se acolhidos e inseridos no espaço e práticas.

O artigo 2 confronta a historicidade da Educação Física no Brasil a partir da lei nº 10.639/2013 - que obriga a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, buscando situar este componente curricular da educação básica na difusão e implementação da lei.

O artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado, que entrevistou alunos, professores de educação física e coordenadores pedagógicos a respeito do conhecimento sobre a obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar da Educação Básica. A cidade de Salvador, segundo dados do IBGE (2010), tem 85% da população composta por negros (pretos e pardos).

O estudo teve como objetivo propiciar discussões para compreender um país culturalmente plural e de uma escola influenciada pelo etnocentrismo. Tratando do desvelamento das relações entre

educação física, eugenia e educação, objetivando entender as possibilidades didático-metodológicas para a aplicação da lei 10.639/03 no contexto da Educação Física, com foco no momento em que a escola se vê obrigada a ensinar e aprender cultura afro-brasileira.

O trabalho não teve a pretensão de promover soluções para o tratamento da cultura afro no ensino da Educação Física, mas indica que essas questões devem ser problematizadas e as invisibilidades e silêncios dentro e fora de sala devem ser debatidas, ponderando para uma revalorização desses saberes.

Ressalta também, a importância dos avanços na discussão da lei 10.639/03, dimensionando a tensão entre sua aplicabilidade e suas propostas, em conjunto com a necessidade de suscitar corpo e movimento como criadores de sentidos e significados que foram forjados com base em ideologias de branqueamento, resultando em uma dificuldade em corporificar valores relacionados a constituição das identidades de matriz étnico-racial.

O Artigo 3 aborda a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, nas aulas de Educação Física da rede municipal de Fortaleza.

O estudo tem caráter quantitativo e descritivo, e buscou contribuir para o estabelecimento de uma visão sobre o conhecimento das leis 10.639/03 e 11.645/08 e sua aplicabilidade, de acordo com docentes de Educação Física, da rede municipal de educação de Fortaleza/CE. Para a obtenção dos dados optou-se pela pesquisa online, com 55 professores de educação física da rede municipal de Fortaleza, utilizando um questionário acerca do conhecimento e aplicação das leis 10.639 e 11.645, especialmente na área de Educação Física.

Sobre o conhecimento acerca das leis 10.639 e 11.645, 69,1% , a maior parte dos professores, que participaram do estudo, alegou desconhecê-las. É um fato grave, pois a lei já foi publicada há mais de uma década. Os dados apresentados são: 54% dos professores trabalham a temática, mas somente em datas comemorativas e festivas, não fazendo parte de um currículo elaborado; 30,9% afirmou trabalhar a temática ao longo do ano, mas não apresentaram de que forma isto é feito, mas são afirmativos na aplicação das leis 10.639 e 11.645, mesmo desconhecendo o conteúdo das mesmas.

Dos 14,5% dos professores que afirmaram não abordar as temáticas indígena e afro-brasileira em suas aulas, solicitou-se a explanação dos motivos que os levaram a tal postura, e destes 58,8% justificaram ter pouco conhecimento sobre o assunto e 41,2% citaram a falta de formação específica.

Desse modo, fica evidente a necessidade de que os processos de formação, inicial e continuada, dos professores de Educação Física se atentem de forma mais efetiva aos temas referentes ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos de ensino superior.

Os professores, em sua maioria (90,9%), apesar de alegarem desconhecimento sobre o assunto, entendem que a temática afro-brasileira e indígena faz parte dos conteúdos da Educação Física. Fato que reforça a necessidade de uma formação continuada relacionada a essas questões.

O artigo concluiu que a maioria dos professores não tem conhecimento sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, mas que mesmo diante de tal situação a maioria trabalha o conteúdo nas aulas de Educação Física. O estudo apresenta algumas informações da prática pedagógica dos professores, no que diz respeito à aplicação das leis supracitadas nas aulas de Educação Física, mas que ocorrem sem uma sistematização prévia. Tais informações, podem contribuir para a elaboração de documentos e/ou instrumentos que busquem construir um currículo intercultural na Educação Física escolar, para a realidade estudada e que pode dar suporte para outros professores que passem a assumir o desafio com tal conteúdo.

O artigo 4 apresenta uma problematização acerca da demanda histórica da população negra por inclusão social, também o compromisso da Educação Física escolar nessa inclusão.

O objetivo geral do estudo foi o de problematizar sobre o compromisso da Educação Física escolar com a demanda histórica da população negra por inclusão social. No Brasil, a necessidade por inclusão social dos negros advém das distinções e desigualdades raciais presentes na sociedade contemporânea, herdadas do regime escravocrata. Essas distinções e desigualdades são marcantes, com perversas consequências econômicas, sociais, culturais e políticas para a população negra e para o país.

Frente ao quadro de marginalização social dos negros no país, o artigo mostra que nos últimos anos, várias políticas e ações afirmativas têm sido desenvolvidas no intuito de promover e acelerar a tardia inclusão dos negros na sociedade brasileira, especialmente, na esfera da educação. Trazendo como exemplo a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de conteúdos relacionados à história e às culturas africana e afro-brasileira.

Embora a lei estabeleça que esses conteúdos devam ser trabalhados, fica a cargo das escolas e professores incorporarem esses conteúdos as suas práticas, mas muitos ainda não o fazem, por falta de formação, desinteresse ou até mesmo por preconceito, desse modo a maioria dos alunos continua sem conhecer a história e cultura dos africanos e seus descendentes no país.

Assim, o artigo defende o compromisso da Educação Física no enfrentamento e superação desse problema, com amplas possibilidades pedagógicas de valorização e reconhecimento da identidade negra, podendo contribuir para a inclusão dessa categoria social. É necessário que os professores tenham atitude e aceitem o desafio.

De acordo com o texto, um dos maiores desafios a serem vencidos para trabalhar com conteúdo étnicos raciais, é aplicá-los de forma sistematizada e não somente introduzindo elementos isolados nas aulas. O que muito se vê é que os professores de Educação Física utilizam a capoeira como meio de inclusão social, com vistas a estarem cumprindo a lei 10.639/2003, deixando de lado outras expressões da cultura negra que apresentam dimensões valiosas para a contextualização da corporeidade na Educação Física.

Como apontamentos para o debate e problematização, a partir da Educação Física escolar ressaltam o compromisso com a inserção dos alunos na cultura corporal africana e afro-brasileira, passando a considerar essas práticas, se mantiveram à margem da sociedade, o professor deve desenvolver um trabalho que promova a inclusão social dos negros e incentive o respeito à diversidade.

ANALISE E QUESTÃO PROBLEMA

O relato apresentado no artigo 1, como parte de uma dissertação de mestrado, que se constituiu em sua origem como um estudo de caso etnográfico, trata-se de uma experiência de ensino positiva, sobre o trato na escola com as questões étnico-raciais. Este estudo, ao propor a temática, para além do conteúdo no currículo, despertou para os valores civilizatórios africanos que configuraram como uma metodologia de trabalho para além das estruturas de aula (MOLINA NETO & BINS, 2017).

[...] nas sociedades contemporâneas, quando as diferenças culturais e sociais dos alunos/as que frequentam a escola pública são escandalosas, quebra-se o princípio da homogeneidade, colocando-se a necessidade de atender as diferenças individuais e coletivas dos distintos indivíduos, culturas e grupos sociais (SACRISTÁN & PÉREZ GÓMES, 1998, p. 84).

No contexto desta pesquisa, os autores não buscaram imprimir uma imposição da cultura afrocêntrica em detrimento da cultura eurocêntrica, mas sim proporcionar aos alunos experiências de valorização de culturas que coexistem e que devem ser respeitadas e consideradas no contexto das escolas.

Os achados apresentados no artigo 2, como parte da análise de dados de um estudo de campo de mestrado, ressaltam a importância de debater, na escola, a temática da cultura afro, considerando as invisibilidades e silêncios dos contextos educacionais.

[...] é preciso avançar na discussão sobre a Lei Nº 10.639/03, dimensionando a tensão entre a sua aplicabilidade e suas propostas, pois entendo que “desconstruir” conceitos, reparar culturas e combater preconceitos demanda uma luta política vigorosa que precisa ser exercitada na escola em forma de interesse comum e interdisciplinar (MOREIRA & SILVA, 2018, p. 198).

Nesse estudo, os autores apontam para uma intervenção dos professores acerca das questões da cultura africana com base na lei nº 10.639/03, tendo como desejo um trabalho interdisciplinar, de modo que essas ações repercutam de forma efetiva no contexto escolar.

No artigo 3, um estudo quantitativo e descritivo considera o conhecimento dos professores de Educação Física sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, e levantou que a maioria dos professores de Educação Física da rede municipal de Fortaleza declararam no questionário que trabalham com o conteúdo da cultura afro em suas aulas, mesmo desconhecendo as leis.

Percebe-se que alguns professores já avançam no assunto e na fomentação da lei, bem como no entusiasmo de trabalhar a temática, mesmo que sem o conhecimento prévio da lei. Percebemos a necessidade de uma formação de professores para desmitificação e da aproximação com os conhecimentos da cultura indígena e africana (PEREIRA et al., 2018).

O estudo aponta a formação de professores ressaltando o conteúdo das leis 10.639/03 e 11.645/08 no combate à discriminação racial, visto que é evidente a falta de conhecimento dos mesmos sobre as referidas leis, porém o estudo possui um limitador, pois o formato de questionário online não tem alcance das proposições desses professores nas escolas.

O artigo 4 é um estudo de revisão e traz produções que trataram da inclusão social dos negros por meio das aulas de Educação Física. A pesquisa destaca que é um grande desafio trabalhar com conteúdo étnico-racial de forma sistematizada e não somente apresentar elementos de forma isolada (CASTRO, 2017).

Deste modo, o estudo corrobora com a ideia de diversificar os conteúdos e métodos nas aulas de Educação Física no que diz respeito à implementação da Lei 10.639/03 nas escolas, como forma de inclusão social dos negros, pois ainda se restringem à capoeira num universo que é bem mais rico e diversificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos, que compuseram esse estudo de revisão, possibilitaram avançar, mesmo que de forma discreta, em alguns pontos importantes que devem ser melhor apresentados nos currículos de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), na formação de professores e também na formação continuada daqueles que se encontram nas escolas.

Nesta direção, trazemos para essas considerações a questão problema levantada nesta pesquisa, que repousa em qual conhecimento e aproximações os professores de Educação Física têm sobre a aplicação da Lei 10.639/2003 e de como os mesmos têm orientado suas práticas diante de situações de discriminação racial.

O fato é que os professores relataram não ter conhecimento sobre a referida lei, também revelaram não terem segurança em tratar a temática da desigualdade racial em suas aulas. Tal condição é preocupante, mesmo com os poucos estudos levantados, pois segue-se mascarando uma problemática, sobre a qual os estudos no campo educacional mais amplo indicam a persistência do quadro de desigualdades e discriminação racial nas escolas e da necessidade de trazer a tona tal temática.

Constatamos a necessidade de tal temática compor os currículos do ensino superior, mais precisamente, da formação de professores de Educação Física, com vistas a atuarem na Educação Básica, reiterando o imperativo legal para a Educação das Relações Étnico Raciais nas escolas.

Com isso, de acordo com os artigos que compuseram esse estudo, é possível inferir que há poucas investigações na intersecção entre Educação Física, desigualdade racial e conhecimento sobre a temática das relações étnico-raciais. Mas esses apontamentos são discretos, devido ao baixo retorno da busca realizada a partir dos descritores.

Nesta direção, ancoramos nossas possibilidades de análise em expectativas formativas, tanto na formação inicial como continuada de professores, com vistas a tratarem a temática, através de grupos de estudos, nas disciplinas e cursos da formação inicial, nos programas e projetos de extensão, além da implementação de políticas de formação em serviço dos professores em atuação nas redes de ensino.

Concluimos que, uma análise mais profunda acerca de quais seriam as melhores estratégias metodológicas a se utilizar em casos de discriminação racial na escola, porém, os achados do estudo demonstraram que uma perspectiva no horizonte formativo dos professores de Educação Física, precisa

alcançar uma intervenção intencional e sistematizada que proporcione aos alunos reconhecer e compreender o valor e a importância da cultura africana e afro-brasileira. No entanto, a formação inicial e continuada, para se tratar a temática, parece fundamental para avançarmos nessa pauta.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. A Formação do Pesquisador da Prática Pedagógica. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, 22 ago. 2016. Disponível em: <https://itacarezinho.uneb.br/index.php/plurais/article/view/2300> Acesso em: 28 fev.2023.

BINS, Gabriela Nobre; NETO, Vicente Molina. Mojuodara: uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais na educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 3, 2017. p. 247-253. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.02.009>. Acesso em: 28 fev.2023

BRASIL. Ministério da Educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2005.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano. Racismo, pobreza e violência**, Brasília: PNUD Brasil, 2005.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPIR, Junho, 2009.

BRASILEIRO, Movimento Sindical et al. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Estudos e Pesquisas, São Paulo, Ano 3, n. 26, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lis-LISBR1.1-40467>. Acesso em 28 fev. 2023.

CASTRO, Vanessa Gomes de. Sobre o compromisso da Educação Física escolar com a inclusão social dos negros. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, 2017. p. 520-535. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i2.0013>. Acesso em: 28 fev.2023

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e Anti-Racismo na educação: Repensando nossa Escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GATTI, Bernadete Angelina. A pesquisa em mestrados profissionais. **FOMPE-Fórum de Mestrados Profissionais em Educação**, I, 2014.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 27, n. 1, 2011. DOI: 10.21573/vol27n12011.19971. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/19971>. Acesso em: 8 out. 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. Editora 34, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. 2001. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD_807.pdf. Acesso em 01 março 2023.

HERINGER, Rosana et al. **Negros no Brasil: Dados da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes/Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1989.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde pública**, v. 18, p. S57-S65, 2002. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v18s0/13793.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria. Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural II. **Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros**, 1998. Disponível em: <http://acervo.geledes.org.br/cgi-bin/koha/opac-ISBDdetail.pl?biblionumber=18> Acesso em 01 março 2023.

LIMA, Marcia. O quadro atual das desigualdades. In: **Cor e Estratificação Social** HSENBALG, C.; SILVA, N. V. & LIMA, M. (org.). Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. p. 231-240.

LOPES, Vera Neusa & MUNANGA, Kabengele. Racismo, preconceito e discriminação. In **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1999. p. 141-158. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>. Acesso em 28 fev. 2023.

MOREIRA, Anália de Jesus & SILVA, Maria Cecília de Paula. **Possibilidades Didático- Metodológicas para o trato com a lei nº 10.639/2003 no ensino da educação física**: a importância da educação étnico-racial. HOLOS, v. 1, 2018. p. 193-200. DOI: 10.15628/holos.2018.2891. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2891>. Acesso em: 10 out. 2022

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ª. Ed. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. MEC/BID/UNESCO, 2005.

NOBREGA, C. C. dos S. Por uma educação física antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 34, n. Esp., p. 51-61, 2020. DOI: 10.11606/1807-5509202000034nesp051. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/173145>. Acesso em: 9 out. 2022.

OLIVEIRA, Edelnice Aparecida & RIBEIRO, Gabriela Chicuta. Contribuição da Educação Física na Educação das Relações Étnico-Raciais, Através de Jogos e Brincadeiras. In: CADERNOS, P. D. E. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor, PDE**, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014 UFPR EDFIS pdp edenilce aparecida oliveira.pdf Acesso em: 28 fev. 2023

ORTIZ, Gisele. **Só não enxerga quem não quer: Racismo e preconceito na Educação Infantil**. Revista Avisalá, nº 23, nov, 2005. Disponível em: <https://avisala.org.br/index.php/conteudo-por-edicoes/revista-avisala-23/so-nao-enxerga-quem-nao-quer-racismo-e-preconceito-na-educacao-infantil/> . Acesso em 01 março 2023.

PEREIRA, Arilene Stephanie Menezes et al. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 41, j. 4, p. 412-418, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.06.004> . Acesso em: 01 março 2023.

RODRIGUES, Dayse Beringer. **Preconceito racial: uma violência que influencia a democracia na escola.** Lato & Sensu. v. 4, n. 1, 2003. p. 3-5. Disponível em: <http://includjovem.org.br/preconceito.pdf> . Acesso em: 01 março 2023.

SACRISTÁN, Gimeno.; PÉREZ GÓMEZ, Al. **Comprender e Transformar o Ensino.** 4ª. ed. Artmed Editora, 1998.

SANTANA, Malsete Aristides & MULLER, Maria Lúcia. **Relações raciais no cotidiano escolar:** percepções de professores de educação física sobre alunos negros. UFMT, 2012.

SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, G; GUIMARÃES, S. (orgs.). **Anais de Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** Brasília: Ministério da Justiça, 2001, p. 81-102. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/100000-Seminarios_Regionais_Preparatorios_para_Conferencia_Mundial_Contra_o_Racismo_Discriminacao_Racia1.pdf Acesso em: 01 março 2023.

SILVA, Janeide Sousa. **Relações étnico-raciais na educação infantil:** práticas educativas anti-racismo. Revista Espaço Acadêmico, v. 15, n. 173, 2015. p. 23-32. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/29194/15268> Acesso em: 01 março 2023.

SILVA, Nelson do Vale. Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil In: GUIMARÃES, A; HUNTLEY, L (orgs.). **Tirando a Máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil,** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVEIRA, Leonardo Souza; MUNIZ, Jeronimo Oliveira. **Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial.** Cadernos Metrópole, v. 16, n. 31, 2014. p. 265-289. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3112> Acesso em: 01 março 2023.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à Brasileira: Uma nova perspectiva sociológica,** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THEODORO, Mario; JACCOUD, Luciana.; OSÓRIO, Rafael. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. **Brasília: IPEA,** 2008.

THEODORO, Mario. **Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo.** Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas Brasília. v. 8, n. 1, 2014. p. 205-219. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1107_1899_livrodesigualdadesraciais.pdf Acesso em: 01 março 2023.

VARGAS, Hustana; TEIXEIRA, Eliana de Oliveira. **Infância negra e ensino fundamental em Angra dos Reis: um mergulho nos números da “universalização”.** Revista de Educação Pública, v. 25, n. 60, 2016. p. 723-747. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4098> Acesso em: 01 março 2023.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - Não se aplica

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES - Não há conflito de interesses

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Maurício Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Rogério Santos Pereira

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosário; Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 11 de junho de 2022

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2023